

MARCELO LUIZ COELHO CARDOSO

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL

De acordo com as Leis 8.429/1992 e 14.230/2021

Apresentação

Gilberto Passos de Freitas

Prefácio

Wallace Paiva Martins Júnior



DIALÉTICA
EDITORA

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.



DIALÉTICA
EDITORA

 /editoradialetica

 @editoradialetica

www.editoradialetica.com

Copyright © 2022 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2022 by Marcelo Luiz Coelho Cardoso.

EQUIPE EDITORIAL

Editores

Profa. Dra. Milena de Cássia de Rocha
Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira
Prof. Dr. Tiago Aroeira
Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

Designer Responsável

Daniela Malacco

Produtora Editorial

Camila Gabarrão

Controle de Qualidade

Maria Laura Rosa

Capa

Ygor Moretti

Diagramação

Julie Campos

Preparação de Texto

Lucas Ben
Anna Moraes
José Rômulo Moreira Júnior

Revisão

Responsabilidade do autor

Assistentes Editoriais

Jean Farias
Larissa Teixeira
Ludmila Azevedo Pena
Thaynara Rezende

Estagiária

Laís Silva Cordeiro



1228757

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- C268i Cardoso, Marcelo Luiz Coelho.
Improbidade Administrativa Ambiental : de acordo com as Leis 8.429/1992 e 14.230/2021 / Marcelo Luiz Coelho Cardoso. – São Paulo : Editora Dialética, 2022.
284 p.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-252-5559-0
1. Improbidade Administrativa Ambiental. 2. Lei 8.429/1992.
3. Lei 14.230/2021. I. Título.

CDD 348
CDU 34

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES | 15

INTRODUÇÃO | 17

1. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA | 25

- 1.1 Atividade Administrativa | 26
- 1.2 Princípios da atividade administrativa | 34
- 1.3 Agentes públicos | 42
- 1.4 Controle da atividade administrativa | 53
- 1.5 O dever de probidade e as sanções decorrentes da sua violação | 64
- 1.6 Vedação à proteção deficiente, ao retrocesso social e da ofensa à proteção à confiança. | 75
- 1.7 A Lei 14.230/2021 e seus retrocessos em matéria de improbidade administrativa ambiental | 91
- 1.8 Elemento subjetivo nas ações de improbidade administrativa | 128
- 1.9 Retroatividade ou não da lei mais benigna em matéria de improbidade administrativa | 143

2. MEIO AMBIENTE | 159

- 2.1 Evolução histórica da proteção ambiental | 159
- 2.2 Meio ambiente como direito fundamental e sua constitucionalização | 162

- 2.3 Princípios informadores do Direito Ambiental. | 172
- 2.4 O direito intergeracional ao desenvolvimento sustentável | 177
- 2.5 O dever de proteção do meio ambiente pelo Poder Público | 182
- 2.6 Espécies e formas de responsabilidade pelas agressões ao meio ambiente | 188

3. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL | 199

- 3.1. A ação ou omissão como causas de atos de improbidade administrativa ambiental | 209
- 3.2 Responsabilidade subjetiva ou objetiva? | 217
- 3.3 Indiferença de resultado lesivo ao erário ou enriquecimento ilícito do agente. | 226
- 3.4 Inocorrência de prescrição. | 232
- 3.5 Sanções contra a improbidade administrativa ambiental (administrativas, civis, penais, eleitorais e político-administrativas) | 245

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 259

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 269